

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE202501/0157

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal Comum

**Estado:** Ativa

**Nível Orgânico:** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

**Orgão / Serviço:** Casa Pia de Lisboa, I.P.

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Técnico Superior

**Categoria:** Técnico Superior

**Grau de Complexidade:** 3

**Remuneração:** 1.ª PR da carreira/categoria de técnico superior, do nível 16 da TRU

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

O posto de trabalho a concurso insere-se na Unidade de Qualidade e Auditoria (UQA), cujas competências se encontram elencadas no art. 15.º dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, I.P., aprovados pela Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro.

### Caracterização do Posto de Trabalho:

Neste âmbito, ao abrigo do disposto no Anexo a que alude o art. 88.º, n.º 2 da LTFP, o posto de trabalho insere-se na carreira geral unicategorial de técnico superior, de grau 3 de complexidade funcional, tendo em vista, designadamente, o desenvolvimento das atividades descritas no Anexo 1 – Técnico Superior de Qualidade e Auditoria.

Nesta confluência, a descrição das funções supra não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas para as quais o trabalhador detenha qualificação adequada e não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 1 do art. 81.º da LTFP.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** CTFP por tempo indeterminado

### Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Requisitos de Nacionalidade:** Sim

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** preferencialmente: gestão; auditoria; administração pública ou engenharia

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Gestão
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Auditoria e Fiscalidade
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Gestão de Pessoal e Administração / Administração Pública	Administração Pública
Tecnologias	Qualidade	Engenharia da Qualidade

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Casa Pia de Lisboa, I.P.	1	Avenida do Restelo, n.º 1	Lisboa	1449008 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho: 1**

### Nº de Vagas/ Alterações

### Formação Profissional

**Outros Requisitos:** O candidato deve ser titular de relação jurídica prévia de emprego público constituída por tempo indeterminado, ou beneficiar do direito de candidatura militar.

### Formalização das Candidaturas

**Envio de Candidaturas para:** <https://form.jotform.com/250064329297359>

**Contacto:** [concursos@casapia.pt](mailto:concursos@casapia.pt)

**Data Publicitação:** 2025-01-07

**Data Limite:** 2025-01-21

### Texto Publicado

#### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Torna-se público que a Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL, IP), procede à abertura do procedimento concursal em epígrafe, ao abrigo do disposto conjuntamente no n.º 1 e 3 do art. 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (doravante LTFP), e no art. 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (doravante Portaria 233/22), todos na sua redação vigente, nos seguintes termos: A. Identificação do ato que autoriza o procedimento e da entidade que o realiza. 1. Despacho do Sr. Vogal do Conselho Diretivo, da Casa Pia de Lisboa, I.P., Dr. José Manuel Lucas, de 08/12/2024, proferido ao abrigo da Delegação de competências do Conselho Diretivo nos seus membros, aprovada pela Deliberação n.º 113/2023, de 27 de janeiro. B. Identificação do número de postos de trabalho a ocupar e da respetiva modalidade de vínculo de emprego público a constituir. 2. Preenchimento de 1 posto de trabalho, na carreira unicategorial de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da CPL, IP, com constituição de reserva de recrutamento interna, nos termos e na forma prevista no art. 25.º, n.º 5 da Portaria 223/22. 3. No âmbito do procedimento prévio, os Serviços de Recrutamento e Mobilidade da Direção Geral do Emprego Público, informaram que relativamente ao "pedido n.º 20128, de 25.11.2024, (...) não existem trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil identificado por esse organismo". C. Identificação do local de trabalho onde as funções vão ser exercidas. 4. Unidade de Qualidade e Auditoria (UQA), dos Serviços Centrais, sito na Avenida do Restelo n.º 1, 1449-008 Lisboa. D. Caracterização dos postos de trabalho, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado, tendo em conta a atribuição, competência ou atividade a cumprir ou a executar, a carreira e categoria e a posição remuneratória. 5. O posto de trabalho a concurso insere-se na Unidade de Qualidade e Auditoria (UQA), cujas competências se encontram elencadas no art. 15.º dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, I.P., aprovados pela Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro. 6. Neste âmbito, ao abrigo do disposto no Anexo a que alude o art. 88.º, n.º 2 da LTFP, o posto de trabalho insere-se na carreira geral unicategorial de técnico superior, de

grau 3 de complexidade funcional, tendo em vista, designadamente, o desenvolvimento das atividades descritas no Anexo 1 – Técnico Superior de Qualidade e Auditoria. 7. Nesta confluência, a descrição das funções supra não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas para as quais o trabalhador detenha qualificação adequada e não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 1 do art. 81.º da LTFP. 8. No presente concurso, a posição remuneratória de referência é 1.ª, do nível remuneratório 16, da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho; ou a posição remuneratória detida na situação jurídico-funcional de origem, no enquadramento estabelecido pela al.e), do n.º 3, do art. 11.º da Portaria 233/22. E. Requisitos de admissão previstos no artigo 17.º da LTFP. a. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b. 18 anos de idade completos; c. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. F. Indicação sobre se o procedimento concursal é ou não restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado e demais impedimentos legais. 9. O recrutamento é restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público previamente constituído por tempo indeterminado. 10. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os candidatos que beneficiem da prerrogativa concedida pelo artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Diferentes Regimes de Contrato e no Regime de Voluntariado - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro -, podem ser opositores ao presente concurso, desde que reúnam os requisitos exigidos pelo mesmo. 11. Contudo, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento. G. Nível habilitacional exigido e área de formação académica ou profissional, por referência ao curso. 12. O candidato deverá ser titular do grau académico de licenciatura, preferencialmente, nas áreas da gestão, da auditoria, da administração pública, ou da engenharia, podendo apenas ser candidato ao procedimento quem seja titular do nível habilitacional exigido, não se admitindo a sua substituição por formação ou experiência profissional, nos termos do disposto no art. 86.º, n.º 1, al.c) da LTFP. H. Requisitos legais especialmente previstos para a titularidade da categoria. 13. No momento da outorga do contrato, o candidato aprovado na lista unitária de ordenação final homologada, deverá apresentar obrigatoriamente: a. Certificado de registo criminal atualizado, com a menção de que se destina a situação de exercício de funções que envolvem contacto regular com menores, para efeitos de aferição da sua idoneidade para ocupação do respetivo posto de trabalho, como determina o art. 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro, na sua redação vigente (esta declaração, mediante prévia autorização do candidato, pode ser obtida diretamente pela Unidade de Recursos Humanos na plataforma do Ministério da Justiça); b. Declaração médica, válida à data, que ateste inequivocamente as condições de saúde do candidato, do ponto de vista da sua robustez física e psíquica para o exercício das funções que se propõe ocupar. I. Pacto de permanência 14. Nos termos do disposto no art. 78.º da LTFP, como compensação de despesas extraordinárias comprovadamente feitas pelo empregador público na formação profissional do trabalhador - podendo este desobrigar-se restituindo as importâncias despendidas -, será acordado contratualmente, sem diminuição de remuneração, a obrigatoriedade de prestação de serviço durante certo prazo, não superior a três anos. J. Forma, prazo e local de apresentação da candidatura. 15. As candidaturas deverão ser formalizadas, mediante o preenchimento do formulário eletrónico, de utilização exclusiva e obrigatória, publicitado na página institucional, disponível em: [http://www.casapia.pt/carreiras\\_generalistas\\_indice.html](http://www.casapia.pt/carreiras_generalistas_indice.html) 16. Desta sorte, serão excluídas as candidaturas apresentadas em suporte de papel, bem como os formulários eletrónicos submetidos após as 23h59m, hora de Portugal Continental, do último dia do prazo estabelecido para apresentação das candidaturas. 17. Em caso de comprovada dificuldade/impossibilidade de preenchimento do formulário eletrónico referido no ponto anterior, e mediante solicitação prévia, a CPL, IP poderá disponibilizar apoio presencial para o preenchimento do mesmo, nos Serviços Centrais, sitos na Avenida do Restelo n.º 1, 1449 - 008 Lisboa, no horário de expediente de funcionamento dos serviços, entre as 09h00 e as 18h00; e até à data limite fixada para apresentação das candidaturas. 18. Os requisitos legalmente exigidos para o

recrutamento são comprovados através dos documentos apresentados aquando da candidatura; pelo que, juntamente com o preenchimento obrigatório e exclusivo do formulário eletrónico, todos os candidatos deverão anexar: a. Curriculum profissional, devidamente datado e assinado, detalhado e atualizado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: as habilitações literárias, as funções e atividades que exercem e as que exerceram, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, bem como, a formação profissional detida, devidamente comprovada; b. Documento comprovativo das habilitações literárias; c. Declaração atualizada, emitida e autenticada pelo serviço de origem, que comprove a titularidade da relação jurídica de emprego pública detida, discriminando a categoria e a carreira, posição e nível remuneratório, bem como, o conteúdo funcional descritivo da atividade que se encontram a exercer. 19. A não apresentação dos documentos exigidos pode implicar a exclusão do candidato do procedimento, sem prejuízo, de assistir ao júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito. 20. A apresentação de declaração e/ou documento falso determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e/ou penal. K. Métodos de seleção (incluindo o tipo, forma, duração das provas de conhecimentos, temáticas e bibliografia específica), as condições específicas da sua realização e respetiva ponderação, grelha classificativa e sistema de valoração final, bem como as restantes indicações relativas aos métodos aplicáveis. 21. As condições específicas de realização dos métodos de seleção, bem como a respetiva valorização, constam da Ata 1 do Júri, que se publicita em anexo, e se dá aqui por integralmente reproduzida para este efeito. 22. Considerando que o presente concurso é circunscrito a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, e ao abrigo do disposto conjugadamente no art. 36.º, n.º 5 da LTFP e no art. 17º, n.º 1, al.d) ex vi art.18, n.º 2, ambos da Portaria 233/22, serão aplicados os seguintes métodos de seleção: a. Avaliação Curricular (AC) ou Prova de Conhecimentos (PC), consoante as situações; E, b. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC). 23. A Avaliação Curricular (AC) será aplicada aos candidatos que que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, constando do ponto 2, al.a), da Ata 1 do Júri, os respetivos parâmetros. 24. Os candidatos podem afastar a aplicação do método AC através de declaração escrita, aplicando-se-lhes, neste caso, a PC. 25. O tipo, a forma e a duração das provas de conhecimentos, bem como os respetivos temas e bibliografia constam do ponto 2, al.b), da Ata 1 do Júri, que se dão aqui por integralmente reproduzidos, e se publicitam em anexo: (...) «Será uma prova escrita, com possibilidade de consulta da documentação aplicável, sendo de natureza teórica e de realização individual, e terá a duração máxima de 60 minutos, com tolerância de 15 minutos. A PC será efetuada em suporte de papel ou eletrónico, podendo ser constituída por um conjunto de questões de escolha múltipla, de pergunta direta e de resposta livre (desenvolvimento). --- A PC incide sobre as matérias / temáticas referentes à legislação e normas abaixo descritas: --- • Lei Orgânica da Casa Pia de Lisboa, I.P. – Decreto-Lei n.º 77/2012, de 26 de março; --- • Estatutos da Casa Pia de Lisboa, I. P. - Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro; • NP EN ISO 9000:2015: Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário; --- • NP EN ISO 9001:2015: Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos; --- • NP EN ISO 14011:2015: Sistemas de gestão ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização; --- • NP EN ISO 19011:2018: Linhas de orientação para auditorias a sistemas de gestão. --- • Princípios éticos da Administração Pública. --- Na Prova de Conhecimentos, e de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, é adotada a escala de valoração de 0 a 20 valores, tendo a mesmo caráter eliminatório do procedimento para os candidatos que obtiverem valoração inferior a 9,5 valores, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do art.º 21.º da referida Portaria, ou que desistam da mesma.» (...) 26. Neste sentido, a PC será aplicada aos candidatos que: a. Não sejam titulares da categoria de técnico superior; b. Estejam integrados noutra carreira/categoria; c. Sendo titulares da categoria de técnico superior, estejam a desempenhar diferente atividade laboral; d. Aos candidatos que beneficiem da prerrogativa concedida pelo artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Diferentes Regimes de Contrato e no Regime de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro; e. Podendo ser submetidos à avaliação curricular, a tenham afastado expressamente no formulário de candidatura. 27. A EAC será aplicada, complementarmente, aos candidatos: a. Que tenham sido

aprovados no método de seleção obrigatório, AC ou PC, aplicável em momento anterior. 28. A entrevista de avaliação de competências visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, a fim de permitir uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato. 29. A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou a ausência dos comportamentos em análise. 30. A entrevista de avaliação de competências é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20,16, 12, 8 e 4 valores. 31. Todos os métodos de seleção têm caráter eliminatório; sendo que os candidatos que obtenham uma valorização inferior a 9,5 valores, em qualquer um dos métodos de seleção, consideram-se excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método seguinte, consoante as situações. 32. Em situações de igualdade de valorização, os critérios de ordenação preferencial são aqueles que se encontram previstos no art. 24.º da Portaria 233/22; sendo que para efeitos do disposto no art. 3.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. 33. Em tudo aquilo que não estiver previsto no presente aviso aplica-se subsidiariamente a Portaria 233/22. L. Composição e identificação do júri. 34. Em cumprimento do disposto no art. 8.º da Portaria 233/22, a composição do Júri é a seguinte: • Presidente, Lic.ª Margarida Menezes Marcão Cavalheiro Neves, Diretora da UQA; • 1.ª Vogal Efetivo, Lic.ª Anabela dos Santos Lourenço, Técnica Superior na UQA, que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos; • 2.ª Vogal Efetiva, Lic.ª Susana Machado Cordeiro de Castro, Técnica Superior na Unidade de Recursos Humanos; • 1.ª Vogal Suplente - Lic.ª Rute Alexandra Robalo Barata Rafael, Técnica Superior na Unidade de Recursos Humanos; • 2.ª Vogal Suplente - Lic.ª Elisabete de Jesus Palmeiro Cunha Camacho, Técnica Superior na Unidade de Recursos Humanos. M. Forma de publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos. 35. A lista de ordenação final dos candidatos aprovados é unitária, sendo que após a sua homologação, a mesma é disponibilizada na página eletrónica institucional em: [http://www.casapia.pt/carreiras\\_generalistas\\_indice.html](http://www.casapia.pt/carreiras_generalistas_indice.html) 36. Os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, são notificados do ato de homologação da lista de ordenação final, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação. N. Publicitação. 37. O presente procedimento concursal foi publicitado previamente na 2.ª série do Diário da República, por extrato; e integralmente, na bolsa de emprego público (BEP), acessível em: [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt), bem como, na página institucional, disponível em: [http://www.casapia.pt/carreiras\\_generalistas\\_indice.html](http://www.casapia.pt/carreiras_generalistas_indice.html). O. Licitude do tratamento dos dados pessoais. 38. Nos termos e ao abrigo do disposto nas alíneas b), c), e), do n.º 1, do art. 6.º do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e do art. 28.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, o tratamento de dados pessoais no presente procedimento concursal comum, por parte da CPL, I.P., tem por fundamento jurídico a seleção, o recrutamento e a celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o candidato que ficar aprovado na lista de ordenada final homologada, e que aceitar o posto de trabalho proposto. P. Restituição e destruição de documentos. 39. É destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a cessação do presente procedimento concursal, excetuando o disposto no art. 42.º, n.º 2 da Portaria 233/22. – Q. Política de igualdade. 40. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 77, de 31 de março, faz-se constar a seguinte menção: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”. 16/12/2024. — A Diretora da Unidade de Recursos Humanos, Inês Reis Carvalho Leão.

---

---

---

---

---

---

**Alteração de Júri**

---

**Resultados**

---

**Questionário de Termino da Oferta**

---

**Admitidos**

	<b>Masculinos:</b>	<b>Femininos:</b>
<b>Total:</b>		
<b>Total SME:</b>		
<b>Total Com Auxílio da BEP:</b>		

**Recrutados**

	<b>Masculinos:</b>	<b>Femininos:</b>
<b>Total:</b>		
<b>Total Portadores Deficiência:</b>		
<b>Total SME:</b>		
<b>Total Com Auxílio da BEP:</b>		